

DOI: 10.46943/IV.CONBRALE.2022.01.031

PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI): ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO EM UMA PROPOSTA DE ENSINO REMOTO¹

NEUZILENE FERREIRA NASCIMENTO BUROCK²
CRISTINA ANGÉLICA AQUINO DE CARVALHO MASCARO³

RESUMO

O artigo apresenta um relato de experiência sobre um estudo voltado para elaboração e aplicação do Plano Educacional Individualizado (PEI) com foco na alfabetização e letramento de um jovem com deficiência intelectual. Sendo desenvolvido e aplicado de forma remota, utilizando-se recursos tecnológicos para elaboração de atividades personalizadas que objetivaram contribuir para o desenvolvimento de sua autonomia. O trabalho é parte integrante de uma pesquisa ancorada nos pilares universitários de ensino, pesquisa e extensão. Os fundamentos metodológicos empregados na pesquisa seguem os pressupostos qualitativos com base na pesquisa-ação caracterizada como um método de investigação científica, concebido e realizado em estreita correlação com uma ação voltada para a resolução de um problema, permitindo a aproximação entre a teoria e a prática, contribuindo para práticas educacionais mais inclusivas e profissionais/pesquisadores mais

- 1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), tendo a proposta de formação docente como parte das ações do projeto de extensão “Alfabetização e letramento para estudantes com deficiência intelectual sob o viés do Plano Educacional Individualizado” (nº 5488/2020). Além de apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) - ARC-2019.
- 2 Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Educação (ProPEd) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ - RJ, burockpesquisauerj@gmail.com
- 3 Doutora pelo programa de Pós-Graduação em Educação (ProPEd) da UERJ - RJ, cristina-angelicamascaro@gmail.com

reflexivos. Os resultados evidenciaram que o uso da tecnologia e o PEI favoreceram o processo de alfabetização e letramento do sujeito. Destacamos a relevância do trabalho pedagógico destas habilidades que são essenciais para a atuação do sujeito na sociedade, contemplando aspectos para além de sua aprendizagem acadêmica, contribuindo para sua autonomia e desenvolvimento integral do sujeito.

Palavras-chave: Plano Educacional Individualizado, Alfabetização e Letramento, Ensino Remoto, Educação Inclusiva.

INTRODUÇÃO

A política educacional vigente busca garantir a universalização da escolarização através da democratização do ensino e garantia do ensino fundamental gratuito e obrigatório para todos, sem exceção, no intuito de tornar a educação brasileira um sistema inclusivo, garantindo a transversalidade da Educação Especial desde a Educação Infantil até a Educação Superior. Dessa forma, orientam que

Os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, os com transtornos globais do desenvolvimento e os com altas habilidades/superdotação nas escolas comuns do ensino regular e ofertar o Atendimento Educacional Especializado – AEE, promovendo o acesso e as condições para uma educação de qualidade. (BRASIL, 2008, p.1)

Assim, o Atendimento Educacional Especializado⁴ (AEE) na área da deficiência intelectual tem como objetivo básico promover, na escola regular o envolvimento de todos os atores que fazem parte do contexto em que o aluno está inserido, promovendo ações educacionais que permitam potencializar as possibilidades para o aprendizado, acreditando no potencial de aprender de cada indivíduo. Para tal é necessário oferecer diferentes suportes e ajustes de acordo com a necessidade e especificidade de cada aluno, pois alunos com o mesmo tipo de deficiência demandam ações educativas e estratégias diferentes para se alcançar os mesmos objetivos, apresentando diferentes necessidades educacionais especiais (MASCARO, 2017).

Para que esses princípios sejam efetivados, um dos instrumentos utilizados para sistematizar o Atendimento Educacional Individualizado é o Plano Educacional Individualizado (PEI). A elaboração e aplicação desse documento é parte de um conjunto de ações que permitem a organização do trabalho docente em relação ao processo educacional de estudantes com necessidades educacionais especiais, bem como possibilita adequar as propostas pedagógicas às necessidades que os alunos com deficiência intelectual possam apresentar. Colaborando com essa afirmação Glat; Estef (2021) depreendem que

4 O atendimento educacional especializado - AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

O Plano Educacional Individualizado (PEI) direciona os objetivos curriculares para o processo de ensino de um determinado sujeito. Em termos gerais, o PEI consiste em um documento que possibilita delinear, acompanhar e avaliar o desenvolvimento do aluno em relação ao planejamento didático pedagógico, em toda a sua trajetória escolar, inclusive facilitando a transição para a vida pós-escola. (GLAT; ESTEF, 2021, p.163)

Portanto, o PEI demonstra contemplar ações viabilizadoras dessa prática, considerando um conjunto de ações específicas que permitem redimensionar as práticas pedagógicas tradicionais através da individualização e personalização dos processos. Sendo considerado uma estratégia proveitosa para a organização de propostas pedagógicas que permitem a interação mediada entre professor e aluno, que compreendem o educando como sujeito ativo e protagonista de todo o seu processo educativo. “Desse modo, consideramos que o PEI, como proposta de organização curricular, auxilia tanto o professor, em suas práticas pedagógicas mediadas, quanto o aluno, no desenvolvimento de seu potencial.” (MAGALHÃES; CUNHA; ESTEF, 2013, p.46)

Diante do apresentado, o presente estudo busca relatar os resultados obtidos através de uma formação docente que emerge como desdobramento de um projeto de pesquisa, através de um curso de extensão na área da Educação Especial. O referido curso intitulado “Alfabetização e letramento sob o viés do Plano Educacional Individualizado – PEI”, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) encontra-se na sua quarta turma, sendo desenvolvido no período de 2020 a 2022, realizado de forma remota. Contabilizando uma carga horária de 180 horas, objetiva oferecer formação continuada a profissionais da área de educação. Tem como preceitos a efetivação de uma educação inclusiva de qualidade através de uma formação docente com foco na elaboração e aplicação do Plano Educacional Individualizado (PEI) para jovens e adultos com deficiência intelectual pelo viés do Alfabetramento. O termo alfabetramento, de acordo com Soares (2021), compreende uma proposta de ação educativa que propõe o foco no ensino em função da aprendizagem simultânea do sistema alfabético de escrita e de seus usos para a produção de textos. Assim, busca promover o atendimento às necessidades educacionais especiais que os estudantes possam apresentar, com foco nas práticas sociais de leitura e de escrita promovendo maior independência e autonomia na vida dos educandos.

Para isto, a partir dos pressupostos da pesquisa-ação (THIOLLENT, 1986) a proposta formativa uni teoria e prática de forma colaborativa. A formação conta com duas etapas, em que a primeira compreende formação teórica oferecida através de encontros remotos síncronos e atividades assíncronas envolvendo temáticas relativas à Educação Especial, alfabetização e letramento, Plano Educacional Individualizado, Deficiência intelectual, Tecnologias de apoio, Desenho Universal na Aprendizagem (DUA) e Avaliação. Essa etapa permitiu que os cursistas (ingressos por edital de processo seletivo) pudessem aprofundar seus conhecimentos a cerca das temáticas abordadas, com ênfase no planejamento e elaboração do PEI com vistas a alfabetização e letramento.

A segunda etapa da formação proporcionou que os profissionais transcorressem a parte prática do curso através do contato direto com alunos jovens e adultos com deficiência intelectual, mediados por encontros remotos síncronos. Puderam de forma colaborativa, oferecer práticas pedagógicas individualizadas e personalizadas através do planejamento e aplicação do PEI. Distribuídos em grupos de 3 a 5 cursistas, com a participação do agente de apoio domiciliar⁵, cada equipe contava com a orientação de uma professora articuladora⁶ para atendimento a um estudante jovem ou adulto com deficiência intelectual.

Além disso, através do emprego das tecnologias, utilizando recursos tecnológicos e atividades gamificadas⁷, como uso de plataformas de videoconferências (*Google Meet*), tela interativa (*Google Jamboard*),

5 Nomenclatura utilizada para denominar a função que os cuidadores/parentes dos jovens e adultos com deficiência intelectual assumiram dentro da equipe. Essa função se destina a prestar suporte tecnológico aos jovens e adultos no momento do encontro para a aplicação das atividades pedagógicas. A partir do momento em que os sujeitos alcançavam maior autonomia nos meios digitais, os agentes de apoio não tinham mais a necessidade de ficar ao lado deles.

6 Nomenclatura utilizada para fazer referência às professoras que tinham passado pela primeira turma de aplicação do curso, e após esse momento assumiram o papel de articular todos os agentes envolvidos para o melhor desenvolvimento do trabalho e orientar o trabalho desenvolvido. Essa função foi fundamental para a articulação do próprio grupo, uma vez que as profissionais tinham experiência prévia na metodologia da formação. Essa função só teve início a partir da segunda turma do curso, uma vez que surgiu da demanda de uma pessoa para articular e orientar os grupos.

7 Termo utilizado para caracterizar atividades de aprendizagem através do uso estratégico da lógica dos jogos, de forma que o estudante aprenda ativamente. Ela tem como base os princípios da gamificação, uma das metodologias ativas mais difundidas no meio educacional.

programa de criação/edição e exibição de apresentações e atividades gráficas (*Microsoft Powerpoint*), *WhatsApp*, plataforma de criação de formulários online (*Google Forms*) e a elaboração e uso de jogos interativos através da plataforma de criação de atividades personalizadas em modelo gamificado (site *Wordwall*), foi possível oferecer aos cursistas o conhecimento de novas ferramentas tecnológicas e aprofundamento de seus conhecimentos acerca do tecnologia na educação de forma estratégica, conforme descrito a seguir (Tabela 1):

Tabela 1: Descrição dos recursos tecnológicos

RECURSO TECNOLÓGICO	DESCRIÇÃO
Google Meet	Plataforma do Google que possibilita reuniões por videoconferência online. A plataforma era utilizada para realização dos encontros síncronos.
Google Jamboard	Plataforma do Google que funciona como tela/quadro interativo, editado de forma colaborativa que pode ser acessado de diferentes dispositivos ao mesmo tempo. Por ser uma tela interativa, permite a elaboração e aplicação de atividades em que o aluno e aplicadoras interagem ao mesmo tempo, tornando a aprendizagem dinâmica e atrativa.
Microsoft Powerpoint	Programa utilizado para criação/edição e exibição de apresentações e atividades gráficas.
Whatsapp	Aplicativo de mensagens instantâneas, e chamadas de voz e de vídeo. Permitiu não somente o contato entre a equipe de aplicadores, agente de apoio e sujeito da aplicação, mas também a realização de atividades, envio de fotos e vídeos e uma interação mais dinâmica.
Google Forms	Permite realizar atividades com diversos níveis de dificuldades, desde atividades simples, às mais complexas, como múltipla escolha com o uso de imagens, palavras e frases; questões com respostas curtas ou longas e apresentação de imagens e vídeos.
Site Wordwall	Recurso tecnológico que permite grandes possibilidades em relação à elaboração de jogos, questionários, atividades personalizadas em modelo gamificado, possibilitando a criação de recursos didáticos e elaboração de atividades. O participante acessava os jogos através dos links enviados. Por meio de compartilhamento de tela, as aplicadoras acompanhavam a realização das atividades, empreendendo as intervenções necessárias, proporcionando interação de todo o grupo ao longo do atendimento.

RECURSO TECNOLÓGICO	DESCRIÇÃO
Canva	Plataforma de design gráfico que permite aos usuários criar gráficos de mídia social, apresentações, infográficos, pôsteres e outros conteúdos visuais. Possibilita a interação de forma síncrona entre todos os participantes, permitindo a elaboração e aplicação de atividades atendendo às necessidades do sujeito de forma instantânea e interativa.

Fonte: Elaborado pelas autoras

No que se refere ao atendimento às necessidades educacionais dos alunos, a BNCC⁸ aponta que o uso das tecnologias digitais permite uma série de atividades relacionadas a todas as áreas do conhecimento, a diversas práticas sociais e ao mundo do trabalho, permitindo aos estudantes apropriarem-se das linguagens da cultura digital, dos novos letramentos e dos multiletramentos, contribuindo para seu processo de ensino-aprendizagem. (BRASIL, 2018).

METODOLOGIA

Conforme mencionado, o trabalho desenvolvido através da proposta formativa teve como pressuposto metodológico a pesquisa-ação por meio de uma abordagem qualitativa. Nesse sentido, Pereira; Mota e Belchior (2020) afirmam que esse tipo de pesquisa demonstra uma grande preocupação com o processo, tendo a finalidade de apreender e interpretar os significados existentes no ambiente da investigação. Corroborando com essa afirmação, Moreira e Caleffe (2008, p.92) inferem que

A pesquisa-ação na escola e na sala de aula é um meio: a) de sanar problemas diagnosticados em situações específicas, ou melhorar alguma maneira um conjunto de circunstâncias. b) de treinamento em serviço, portanto, proporcionando ao professor habilidades, métodos para aprimorar sua capacidade analítica e fortalecimento da autoconsciência; c) de introduzir abordagens adicionais e inovadoras no processo ensino-aprendizagem e aprender continuamente em um sistema que normalmente inibe a mudança e a inovação.

8 BNCC - Base Nacional Comum Curricular. Documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.

Partimos do princípio que a pesquisa-ação aponta um caminho que pode gerar mudanças, promovendo distanciamento de ideologias impostivas e instituídas nos contextos educacionais, buscando caminhos para lidar com situações e problemas que emergem no cotidiano educacional. Assim, de acordo com Pletsch

Outra característica básica da pesquisa-ação é a sua flexibilidade, que oferece condições para um diálogo permanente, agregando contribuições trazidas por cada um dos sujeitos, permitindo a elaboração coletiva de soluções para os possíveis problemas enfrentados. (PLETSCH, 2014, p.11)

A investigação, baseada nos pressupostos da pesquisa-ação, pautou-se na aproximação entre a teoria e a prática para formação docente na perspectiva da inclusão, de forma a trabalhar o tripé universitário: ensino, pesquisa e extensão para atender às necessidades desse público. Com base na necessidade formativa para atuar com o alunado jovem e adulto com deficiência intelectual no que concerne ao ensino de habilidade de leitura, escrita e letramento. Dessa forma, foi elaborada uma proposta formativa docente sobre o ensino de leitura, escrita e letramento sob o viés do PEI por meio de um curso de extensão.

A formação acontecia inicialmente em uma etapa teórica na qual o conteúdo da formação era dinamizado em encontros síncronos semanais e realização de atividades assíncronas; em um segundo momento os cursistas eram divididos em equipes para a aplicação do Plano Educacional Individualizado (PEI) de forma remota, com sujeitos jovens e adultos com deficiência intelectual. Por meio do ensino colaborativo, as equipes se organizavam para o planejamento e aplicação do PEI com 1 (um sujeito).

Os dados para avaliação da proposta eram colhidos por meio da análise das falas dos cursistas durante as atividades síncronas, do conteúdo das atividades assíncronas elaboradas, além da análise dos planejamentos para aplicação do PEI e do resultado das avaliações dos estudantes com deficiência intelectual.

O COTIDIANO DA FORMAÇÃO DOCENTE

Portanto, o trabalho realizado foi pautado em promover a inclusão dos sujeitos através da mediação tecnológica, incidindo em uma proposta formativa que permitiu que os sujeitos desenvolvessem habilidades para além das acadêmicas de um currículo escolar, colaborando com o

desenvolvimento profissional de docentes para o desenvolvimento de práticas pedagógicas diferenciadas para a promoção da inclusão social dos mesmos. De acordo com Oliveira e Burock (2022), a aplicação do PEI baseava-se em um protocolo “estruturado em seis momentos: etapa introdutória; inventário; priorização; plano bimestral/trimestral; atividades e avaliação.”

A etapa introdutória ou inicial consiste nos primeiros contatos com o sujeito para levantamento de dados, conhecer suas expectativas, realidade, parte de sua história, seus gostos, necessidades de aprendizagens, habilidades ainda não desenvolvidas ou consolidadas, conhecimentos prévios e anseios. Esse momento é considerado de grande importância, por isso deve ser encaminhado de forma lúdica e descontraída, buscando envolver todos os participantes, o sujeito e agente de apoio. É nela que são realizadas as primeiras observações, coletas de dados e avaliação diagnóstica do sujeito.

Podemos considerar que a avaliação com a função diagnóstica, visa informar ao professor sobre o nível de conhecimento e habilidade que o aluno se encontra, para assim prosseguir com o processo de ensino e aprendizagem. Essa função da avaliação permite determinar a presença ou ausência dos pré-requisitos necessários para que novas aprendizagens possam efetivar-se, bem como identificar as dificuldades de aprendizagem, tentando discriminar e caracterizar suas possíveis causas. (ESTEF, 2021, p.101)

Para os encontros e aplicação da proposta são utilizadas plataformas de videochamadas online, como a plataforma Google Meet, que permite compartilhamento de telas e acesso a recursos interativos como jogos, materiais online, vídeos, entre outros; que permitem a coleta dos dados iniciais para que seja possível “conhecer o seu aluno de forma lúdica e descontraída, além de conseguir investigar suas habilidades de leitura, escrita, alfabetização matemática e digital.” (OLIVEIRA; BUROCK, 2022, p.5) (Fig.1)

Figura 1 - Primeiro encontro com o sujeito



Fonte: Dados da pesquisa

Na etapa seguinte, denominada inventário, compreende o preenchimento da Matriz de conteúdos prioritários (Fig.2) a qual faz parte do Protocolo Mascaro (2021).

Essa matriz consiste em uma tabela dividida em cinco campos: i) aquisição do sistema de escrita; ii) leitura; iii) escrita e produção de textos; alfabetização matemática e iv) alfabetização digital. Cada um desses campos apresenta um número de conteúdos visando a alfabetização e letramento no meio digital, totalizando 25 conteúdos. (OLIVEIRA; BUROCK, 2022, p.6)

Nela, após conhecer os sujeitos e realizar o levantamento prévio das habilidades e necessidades de aprendizagem, realiza-se o preenchimento dos dados, que compreendem a avaliação inicial.

Figura 2 – Matriz de habilidades

MATRIZ DE CONTEÚDOS PRIORITÁRIOS			
Participante:			
Equipe:			
Previsão de aplicação:			
Conteúdos		Data:	Data:
Aquisição do sistema de escrita	Crterios de observação	Categorização inicial	Categorização após aplicação
1. Compreensão das diferenças existentes entre os sinais do sistema de escrita alfabético-ortográfico e outras formas gráficas e sistemas de representação.	Verificar se o estudante faz distinções entre: letras e números, sinais do sistema de escrita alfabético-ortográfico, marcas ou sinais gráficos ou outros sistemas de representação.		
2. Conhecimento do alfabeto.	Identificação das letras do alfabeto. Distinção entre as letras de imprensa maiúscula e minúscula, e a cursiva, maiúscula e minúscula.		
3. Domínio de convenções gráficas: orientação da escrita; alinhamento da escrita; segmentação dos espaços em branco e pontuação.	Reconhecimento: <ul style="list-style-type: none"> Entre a direção correta da escrita (esquerda/direita, de cima para baixo) e utilização correta da folha (pautada ou não, de acordo com o planejamento pedagógico); Das formas gráficas destinadas a marcar a segmentação na escrita (espaçamento entre palavras e pontuação). 		
4. Reconhecimento de palavras e unidades fonológicas ou segmentos sonoros.	Identificação de: <ul style="list-style-type: none"> Rimas, as sílabas e sons existentes no início, nomeio e no final de palavras compostas com sons semelhantes e diferentes Segmentação oral de palavras em sílabas; Segmentação oral de frases em palavras. 		

Fonte: Mascaro (2021)

Esses dados permitem priorizar os conteúdos e habilidades que serão desenvolvidos no período de aplicação do Protocolo, que pode ter duração bimestral ou trimestral, além de possibilitar a elaboração dos objetivos gerais e específicos para o desenvolvimento do trabalho. Compreende, além da avaliação inicial de cada habilidade, a possibilidade de reavaliações ao longo do processo para que o planejamento possa ser readaptado constantemente para atendimento às necessidades do sujeito, compreendendo uma dimensão de flexibilidade. Denuncia assim, o caráter processual e a necessidade de prosseguimento da aplicação do Plano Educacional Individualizado, uma vez que com a regularidade das

aplicações e do processo contínuo, as habilidades poderão apresentar um maior desenvolvimento, acarretando avanços na avaliação de acordo com a escala. O preenchimento da Matriz de habilidades deve ser realizado de acordo com a escala de avaliação (Fig.3) do Protocolo Mascaro (2021).

Figura 3 – Escala de avaliação

Escala de avaliação do participante			
Conteúdo(s):			
Categorização	Sigla	Critério de inclusão	Pontuação
Realiza independente	RI	Não requer nenhuma ajuda	4
Realiza parcialmente	RP	Requer pouca ajuda	3
Realiza com apoio	RA	Não realiza sem ajuda física ou de suporte	2
Não Realiza	NR	Não consegue, mesmo com ajuda física ou suporte	1
Não foi apresentado	NA	Não houve atividade	0

Fonte: Protocolo Mascaro (2021)

A escala possui cinco categorizações indo do NA em que não houve atividade realizada para determinada habilidade, podendo chegar até RI em que houve atividade realizada para a habilidade e o sujeito a realizou de forma independente.

Assim, o referido Protocolo permite a possibilidade de aplicação para as seguintes indicações: i) Plano para complementar/suplementar habilidades na vida acadêmica; ii) Plano para planejamento de inserção em nova etapa de itinerário formativo (Ensino Fundamental II, Curso de Formação Profissional, Ensino Médio, Ensino Superior.) e iii) Plano para planejamento de inserção ou manutenção no mercado de trabalho. Busca atender as necessidades dos sujeito jovem e adulto em diferentes momentos de sua vida.

Na etapa de priorização são elencados os conteúdos que serão priorizados para o planejamento e desenvolvimento das atividades, baseados no levantamento já realizado de forma colaborativa, levando em consideração a participação do sujeito, seus interesses, necessidades, avaliação inicial da equipe de aplicadores e participação da família, a qual abarca um importante papel, em que um membro fica responsável por ser o agente de apoio domiciliar, que acompanha e dá suporte à aplicação das atividades, tanto em relação ao acesso tecnológico, como no desenvolvimento das atividades, já que são realizadas de forma remota através de encontros síncronos.

Priorizados os conteúdos e estabelecidas as metas, o próximo passo é a concepção da etapa de planejamento para elaboração das atividades que serão aplicadas. Deve ser realizado de acordo com a Ficha de

planejamento (Fig.4), a qual deve conter os dados informativos dos participantes, data e horário da aplicação; os conteúdos da matriz que serão trabalhados; objetivos a serem alcançados; apresentação da atividade e quais os recursos serão utilizados, além de uma breve descrição de como será realizada a atividade, devendo conter entre seus registros, fotos ou print da tela do meio tecnológico utilizado, sendo realizado o preenchimento de uma ficha para cada atendimento.

Figura 4 – Ficha de planejamento semanal

APLICAÇÃO DO PEI – Turma ____ – Equipe ____

PEI nº ____ Vigência: ____ Planejamento de atividades nº: ____
Participante: Agente de apoio: <i>Nome do agente de apoio</i>
Equipe de pesquisadores (aplicadores): Preencher com o nome das aplicadoras
Articuladora da equipe: <i>Nome da professora articuladora da equipe</i>
Data: <i>Data em que será realizada a aplicação</i> Horário: <i>Horário em que será realizada a aplicação</i>
Conteúdos: De acordo com a Matriz de conteúdos prioritários (Protocolo PEI – Apêndice A)
Objetivos: Elencar os objetivos específicos para a atividade
Descrição da atividade: Descrever como será a atividade
Recursos: Escrever quais recursos serão necessários para a realização da atividade
Avaliação ao final da atividade: (conforme modelo da Escala de Avaliação) – Realizar e registrar a avaliação sempre após a aplicação da atividade
Parecer qualitativo sobre a avaliação, quando necessário:
Observação: Observações pertinentes de acordo com o desenvolvimento da aplicação.
Foto ou outro registro:
Anexar as fotos ou prints para registro da aplicação

Fonte: Protocolo Mascaro, 2021.

Ao final de cada aplicação é realizada a avaliação, sendo observados o desenvolvimento do estudante em relação a cada conteúdo trabalhado de acordo com a escala de avaliação, já aqui mencionada, observando-se os objetivos elencados para a referente atividade. Esse exercício deve incluir inclusive o sujeito, que deve ser instigado a refletir e realizar uma análise sobre suas percepções referentes ao seu desempenho ao longo da atividade, como uma espécie de autoavaliação. Esse processo permite um olhar sobre os avanços e necessidades de reajustes e replanejamento das ações no sentido de corresponder às necessidades apresentadas pelo sujeito, atendendo ao princípio de flexibilização das ações. Nesse sentido, Estef (2021, p.121) afirma que

A individualização do ensino implica em desenvolver ações pedagógicas que proporcionem aos alunos com necessidades educacionais especiais acesso ao currículo escolar considerando as suas características próprias. E, conseqüentemente seu processo de avaliação deve ser, igualmente, flexibilizado. Na atual conjuntura do sistema educacional, constituído com base nas políticas de inclusão escolar, este é o caminho para atender à diversidade do alunado e proporcionar a todos uma educação de qualidade.

Esse processo de avaliação deve ocorrer não somente ao final de cada aplicação, mas também ao término do período de aplicação, sendo realizada de forma qualitativa, analisando os avanços em relação à avaliação inicial, compreendendo todos os progressos que o sujeito apresentou ao longo das aplicações, possibilitando o replanejamento das estratégias para a elaboração e aplicação do PEI nas próximas etapas, tendo seu registro na ficha de avaliação final.

Como princípio da abordagem metodológica qualitativa, a coleta e análise dos dados a partir do planejamento e elaboração de estratégias desenvolvidas através do PEI aponta ser uma excelente oportunidade de se obter uma visão abrangente e individual de um caso, entendendo que "Permite ao pesquisador coletar dados de uma variedade de fontes e convergir os dados para iluminar o caso. Desta forma, a clareza irá mostrar as possibilidades e percursos possíveis para determinado problema e ainda suas variáveis." (BARBOSA; ABREU; BAETENS, 2020, p.77)

Assim, apontam o PEI como uma estratégia de atendimento que permite o desenvolvimento de uma proposta de individualização do ensino e organização didática através do planejamento e elaboração de

estratégias que buscam atender as características particulares de cada aluno. Esse documento possibilita o desenvolvimento de um trabalho que atenda às necessidades que o sujeito jovem e adulto possa apresentar em seu percurso formativo, entendendo que esse indivíduo já percorreu longos períodos de escolarização, em que muitos destes encontram-se em idade avançada, necessitando ainda consolidar habilidades e aprendizagens importantes que contribuam para o desenvolvimento de sua autonomia e uma vida mais independente, compreendendo a importância que o domínio das habilidades de leitura e escrita apresentam no nosso cotidiano e vida em sociedade. Para além disso, a proposta formativa docente sendo desenvolvida através do alinhamento entre teoria e prática, coaduna com os princípios que a educação inclusiva orienta a respeito da necessidade de oferta de “[...] formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar” (BRASIL, 2007, p. 5).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Uma educação para ser considerada inclusiva, compreende ações e estratégias que possibilitem atender às necessidades educacionais que o sujeito possa apresentar em seu percurso formativo, proporcionando sua plena participação e a construção de conhecimentos através da elaboração de práticas pedagógicas individualizadas, visto que “dois alunos com o mesmo tipo e grau de deficiência podem requisitar diferentes adaptações de recursos didáticos e metodológicos.” (GLAT, 2007, p.43). Assim, é necessário pensar em estratégias que atendam a todos os alunos e, em especial, os alunos com deficiência intelectual, pois corroboramos com a afirmação de que

O estudante com deficiência intelectual apresenta um bom desenvolvimento na medida em que recebe os apoios e suportes necessários, ou seja, seu funcionamento individual em relação às barreiras do ambiente passa a ser potencializado quando é atendido em suas necessidades específicas. (REDIG, MASCARO E GLAT, 2020, p.04)

Baseado nos pressupostos da pesquisa-ação em consonância com os objetivos traçados, foi possível a elaboração e aplicação do PEI na modalidade remota para um estudante com deficiência intelectual, na busca de atender suas necessidades, priorizando suas habilidades e conhecimentos já adquiridos. Com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de

uma maior autonomia tanto na vida social, quanto no ambiente laboral, buscou-se favorecer o processo de alfabetização e letramento, alfabetização matemática e digital, considerando habilidades essenciais para que o sujeito esteja incluído na vida social como um cidadão pleno e autônomo. Nessa perspectiva, a elaboração do PEI e sua aplicação remota, em consonância com um trabalho colaborativo e flexível, demonstrou ser um importante instrumento para contribuir para esse processo. Tudo isso tornou-se possível através da individualização dos processos, sendo essa uma possibilidade do PEI, que permite sua aplicação partindo de atividades que contemplem situações reais, permitindo assim incorporar habilidades e aprendizagens que contribuíram para o desenvolvimento das potencialidades do sujeito, valorizando suas habilidades e conhecimentos já adquiridos, atendendo às suas necessidades e singularidades. Mascaro (2017, p.46) afirma que “O trabalho com o PEI requer avaliações sistematizadas que permitam elencar metas prioritárias para se alcançar um objetivo específico para o aluno.” Esse aprendizado mostra-se ir além do desenvolvimento de conteúdos dos componentes curriculares, mas que proporcionam atenção às necessidades específicas que os estudantes possam apresentar no seu percurso formativo, incluindo os estudantes com deficiência intelectual, fazendo com que os seu aprendizado faça sentido para suas vidas, para que possam fazer uso das habilidades de letramento, leitura e escrita no seu dia a dia.

O sujeito o qual o estudo se refere encontra-se na aplicação do 6º PEI, tendo concluídos para análise o resultado dos 5 primeiros Protocolos (MASCARO, 2021). Sua evolução e desenvolvimentos podem ser observados analisando-se o quadro do panorama das evoluções (Fig.5) apresentados pelo sujeito ao longo desses 5 PEIs já desenvolvidos e aplicados, demonstrando o resultado da aplicação do PEI a longo prazo e de forma contínua, apesar de seus resultados poderem ser observados a curto prazo.

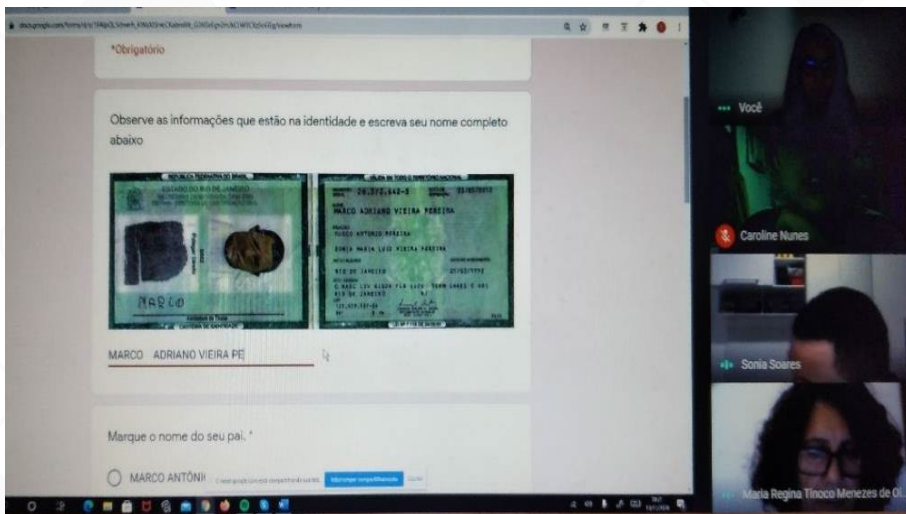
Figura 5 – Panorama dos resultados da aplicação de cinco PEIs

	PEI 01	PEI 02	PEI 03	PEI 04	PEI 05
16. Conhecimento dos números no contexto social.	RP	RP	RP	RP	RI
17. Noção de quantidade e número.	RP	RP	RP	RP	RI
19. Identificação do valor do dinheiro.	RA	RA	RP	RP	RI
20. Manuseio de dinheiro: agrupamento e distribuição de valores para pagamentos e trocos.	RA	RA	RA	RA	RA
24. Uso de smartfone/tablet e celulares	X	RA	RA	RA	RA
25. Uso de notebook ou computador de mesa	X	RA	RP	RP	RP

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

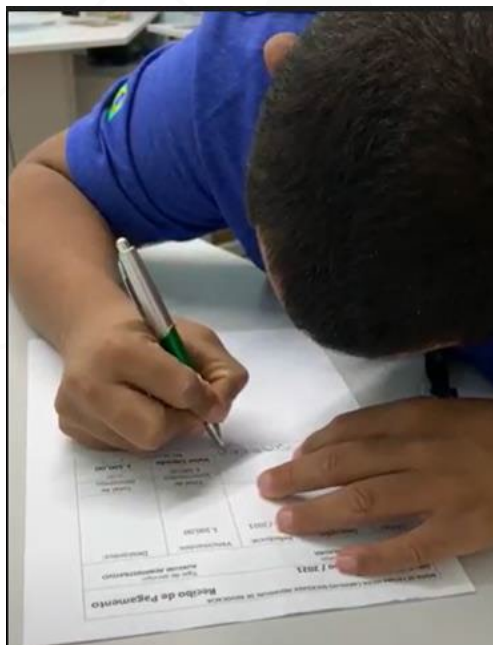
Analisando a imagem da figura 6, é possível observar sua evolução através de cada etapa do Plano Educacional Individualizado. A elaboração e aplicação deu-se no período de 2020 a 2022, sendo desenvolvida de forma remota através do uso de tecnologias a um sujeito adulto com deficiência intelectual recém inserido no mercado de trabalho no contexto da pandemia da Covid-19, tendo um atendimento semanal com duração de uma hora cada. As propostas buscaram contemplar as necessidades que o sujeito apresentou no período, priorizando conteúdos e conceitos necessários à sua inserção/ manutenção no ambiente laboral. Os avanços mencionados podem ser percebidos no conteúdo 16 - Conhecimento dos números no contexto social) e conteúdo 17 - Noção de quantidade e número; passando do conceito RP (realiza parcialmente) para RI (realiza independente). Além do conteúdo 19 – Identificação do valor do dinheiro, que passou de RA (realiza com apoio) para RI (realiza independente). Além de avanços e ganhos em outras áreas como avanços na escrita do nome que evoluiu de RA (realiza com apoio) para RI (realiza independente), como observamos nas imagens a seguir.

Figura 6 - Trabalhando a identidade, reconhecimento e escrita do nome



Fonte: Dados da pesquisa

Figura 7 – Escrita independente do nome



Fonte: Dados da pesquisa

Importante enfatizar que apesar do sujeito demonstrar avanços no conteúdo 24 que refere-se ao uso do notebook ou de computador de mesa, evoluindo do conceito RA (realiza com apoio) para o conceito RP (realiza parcialmente) observa-se que ao longo das aplicações, apresentou grandes progressos no manuseio do mouse, já consegue finalizar a chamada de vídeo, abrir caixa de texto na lousa interativa, assim como digitar as palavras e pequenas sentenças sem o auxílio da agente de apoio domiciliar. Ou seja, manifesta progressivos avanços no desenvolvimento dessas habilidades e provavelmente, no futuro, conseguirá se apropriar desse meio tecnológico.

Com base no exposto, evidencia-se a importância da personalização do processo de ensino e aprendizagem através do PEI para o aluno com deficiência intelectual e necessidades educacionais especiais como favorecedor do processo de alfabetização e letramento, entendendo que “o PEI permite ajustes e flexibilização curricular sem o empobrecimento de conteúdos e objetivos a serem atingidos” (MASCARO, 2017, p.51), compreendendo o sujeito como agente principal do seu processo de aprendizagem, em que suas necessidades, anseios e interesses são privilegiadas, compreendendo que os conteúdos e habilidades priorizadas

façam sentido em sua vida e contribuam para seu desenvolvimento e autonomia para uma vida mais independente.

Para além disso, cabe ressaltar que o trabalho foi realizado através da aplicação de etapas práticas de uma formação docente, em que na etapa teórica foram priorizados conteúdos que vão ao encontro do que preconiza a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que enfatiza que

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas 18 comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial.(BRASIL, 2007, p. 17)

Assim, entende-se que tanto o aluno com deficiência, como o aluno com necessidades educacionais especiais, necessitam de atendimento individual às suas necessidades, incluindo metodologias, currículos, atividades diferenciadas, bem como recursos para que possa desenvolver aprendizagens significativas, contribuindo para seu aprendizado e o desenvolvimento de habilidades necessárias a sua inserção social, tornando-se indispensável que o processo de aprendizagem promova habilidades que envolvam o sujeito em situações de práticas sociais de leitura e escrita visando o alfaletramento com vistas a autonomia. Redig, Mascaro e Dutra (2017, p.36) enfatizam que

A Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), no capítulo IV, do direito à educação, reforça a formação docente em seu artigo 28, além de aspectos como o projeto pedagógico, serviços e adaptações necessárias, enfim, medidas individualizadas e coletivas que maximizem o desenvolvimento acadêmico.

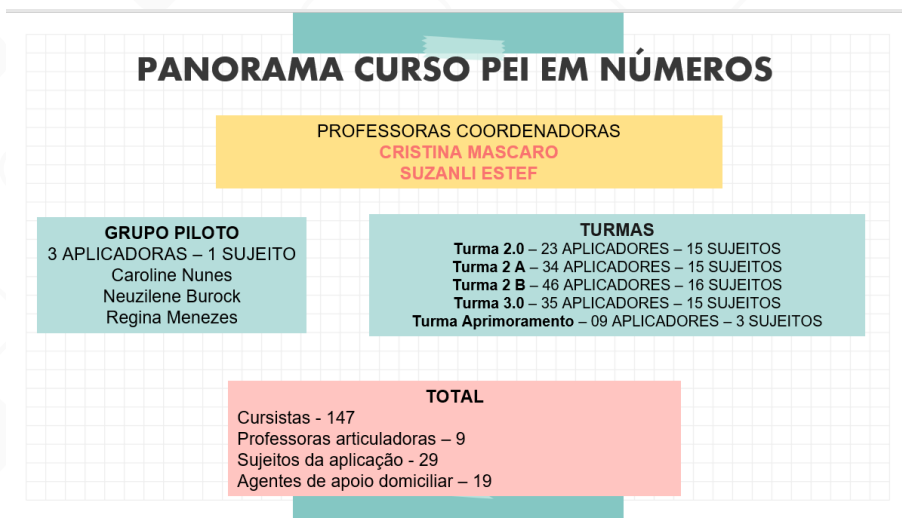
Nesse sentido, torna-se imprescindível a formação do profissional e de toda equipe que acompanha esse aluno, corroborando com o pensamento de Aguiar (2006) quando afirma que a formação continuada, de

grande importância para o exercício pedagógico, não pode ser apenas episódica, ocorrendo ocasionalmente, mas algo permanente, processual.

Cabe pontuar que oportunizar formação docente com foco em práticas pedagógicas personalizadas que possibilite a eliminação das barreiras para que o estudante possa se desenvolver de maneira autônoma, possibilitando a articulação entre teoria e prática elaboração e aplicação direta do PEI com vistas ao alfaletramento para estudantes jovens e adultos com deficiência intelectual, vai ao encontro dos pressupostos da Educação Inclusiva, que preconiza o atendimento às necessidades específicas que os indivíduos possam apresentar em seu percurso formativo, visando uma educação de qualidade.

Ademais, a partir da proposta da formação docente, bem como de sua aplicação prática serem realizadas de forma remota, proporcionou o acesso de um grande número de cursistas, além do alcance e participação de pessoas de diferentes locais do país, que além de agirem como multiplicadores dos conteúdos e práticas apreendidos e construídos, possibilita um trabalho colaborativo e uma troca cultural riquíssima. O curso encontra-se em sua quarta turma, incidindo na formação de dezenas de profissionais na área, como mostra a imagem da Fig.8 a seguir.

Figura 8 – Panorama do curso em números



Fonte: Dados da pesquisa

Diante do exposto, os resultados evidenciaram que oferecer formação docente de qualidade fundamentada na elaboração de Planos

Educacionais Individualizados, configura-se em uma estratégia que busca garantir o acesso à aprendizagem ao educando com necessidades educacionais especiais, e nesse caso jovens e adultos com deficiência intelectual, possibilita que o professor consiga relacionar os conteúdos acadêmicos à metodologias pedagógicas inclusivas que contemplem as necessidades do aluno com deficiência e que atenda seus anseios e expectativas. Permite dessa forma, trocas e o desenvolvimento de um trabalho colaborativo alcançando um grande número de profissionais e alunos através do uso de tecnologias, demonstrando ser uma importante estratégia e possibilidade de caminho para se alcançar uma educação inclusiva de qualidade para os alunos público-alvo da Educação Especial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O princípio da inclusão escolar orienta que os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, que proporcione sua plena participação e possibilite a construção de conhecimentos. Assim, a presente pesquisa ressalta que a iniciativa de se oferecer formação docente baseada na dicotomia teoria e aplicação prática do PEI converge com os preceitos de uma educação inclusiva. Essa proposta visa atender às necessidades educacionais que os sujeitos jovens e adultos com deficiência intelectual possam apresentar em seu percurso formativo, visando a eliminação das barreiras ao seu aprendizado e uma educação de qualidade.

Dessa forma, possibilitou o planejamento de ações e propostas individualizadas e personalização de todo o processo, permitindo que o sujeito fosse protagonista do seu processo de aprendizagem, em que suas necessidades e interesses foram priorizados visando seu alfabetamento, alfabetização matemática e digital. Contemplou currículos flexíveis e estratégias personalizadas com vistas ao desenvolvimento de sua autonomia e maior independência para sua vida em sociedade, bem como, no caso citado, contribuiu com seu desempenho no ambiente laboral.

Diante disto, essa realidade tornou-se possível através da formação docente que teve como objetivo promover aos profissionais participantes, capacitação por meio de práticas pedagógicas personalizadas através do planejamento e aplicação do PEI, corroborando com a função da educação que além de transmitir conhecimentos, vai ao encontro de ser um espaço de promoção da inclusão social de todos os educandos. Nesse sentido, Mascaro (2017) salienta que

Um dos caminhos para que essa formação do professor especialista pode ser a participação em pesquisas, como a

elaborada neste estudo, sobretudo com a metodologia da pesquisa-ação que permite a colaboração ativa nas resoluções de problemas no cotidiano do estudo. (MASCARO 2017, p. 120)

Consolida-se, dessa forma, a importância da realização de um trabalho personalizado no processo de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência intelectual e suscita a importância da continuidade da aplicação do Plano Educacional Individualizado, em que a aplicação remota através do uso de tecnologias se mostrou um caminho e possibilidade para o desenvolvimento desse trabalho, além de colaborar para o desenvolvimento profissional de docentes visando o desenvolvimento de práticas pedagógicas para a promoção da inclusão social dos mesmos.

A proposta de formação docente não objetivou conceber uma proposta de AEE que contemplasse todas as demandas curriculares para o estudante jovem e adulto com deficiência intelectual. Mas, se apresenta como uma possibilidade para atendimento às necessidades educacionais especiais contemplando o desenvolvimento de habilidades de alfabetização e letramento que proporcionem que estes possam escolher caminhos em um mundo letrado para uma vida independente e autônoma através do planejamento e aplicação do PEI de forma remota. Apontamos assim, a necessidade do desenvolvimento de estudos nos quais esses estudantes possam participar ativamente na elaboração de planos de ensino individualizados, tornando-se protagonistas de seu processo de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Maria da Conceição Carrilho de. *Implicações da formação continuada para a construção da identidade profissional*. Psicol. educ. São Paulo, n. 23, p. 155-173, dez. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414=69752006000200008-&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 25 nov. 2022.

BARBOSA, Davison Campos Soares; ABREU, Fernanda Aparecida da Mata; BAETENS, Josefina Aparecida Virgulino. *Estudo de caso como abordagem de pesquisa em educação*. In: VERÍSSIMO, Mariana; SIQUEIRA, Débora Gonçalves (organizadoras). *Enfoques metodológicos de pesquisa em educação: evidenciar contextos, prestigiar sujeitos*. Curitiba: CRV, 2020.

BRASIL, Ministério da Educação. *Portaria Normativa nº- 13, de 24 de abril de 2007*. Dispõe sobre a criação do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 abril de 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 04 nov. de 2022.

BRASIL. *Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. Ministério da Educação / SECADI. Brasília - DF, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL, Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial. *Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. Decreto nº 6.571*. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192>. Acesso em: 21 nov. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. *Resolução Nº4, de 02 de outubro de 2009*. Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica – na modalidade Educação Especial. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. Acesso em: 13 nov. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.

ESTEF, Suzanli. *Inclusão escolar sob o viés da avaliação flexibilizada*. 2021. 134f. Tese (Doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/17246/5/Tese%20-%20Suzanli%20Estef%20da%20Silva%20-%202021%20-%20Completa.pdf>>. Acesso em: 13 de nov. de 2022.

GLAT, R. *Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar (Organização)*. – Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

GLAT, Rosana; ESTEF, Suzanli. *Experiências e Vivências de Escolarização de Alunos com Deficiência Intelectual*. Revista Brasileira de Educação Especial. 2021, v. 27 Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0184>>. Acesso em 01 dez. de 2022.

MAGALHÃES, Joyce G.; CUNHA, Nathália M. da; ESTEF, Suzanli. *Plano Educacional Individualizado (PEI) como instrumento na aprendizagem mediada: pensando sobre práticas pedagógicas*. In: GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia. (org.) *Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

MASCARO, Cristina Angélica Aquino de Carvalho. *O atendimento pedagógico na sala de recursos sob o viés do Plano Educacional Individualizado para o aluno com deficiência intelectual: um estudo de caso*. 2017.152f. Tese (Doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/119530060-Cristina-angelica-aquino-de-carvalho-mascaro.html>>. Acesso em: 23 de nov. de 2022.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. *Metodologia da Pesquisa para o professor pesquisador*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

OLIVEIRA, Caroline Menezes Nunes de; BUROCK, Neuzilene Ferreira Nascimento. *Plano Educacional Individualizado: Uma proposta de formação continuada na modalidade remota*. In: *Anais do VIII Conedu. O futuro da escola: Repensando políticas e práticas*. Alagoas, 2022.

PEREIRA, Denilson Diniz; MOTA, Geová N.; BELCHIOR, Letícia C. *Uma reflexão ética e qualitativa sobre a etnografia*. In: VERÍSSIMO, Mariana; SIQUEIRA, Débora Gonçalves (organizadoras). *Enfoques metodológicos de pesquisa em educação: evidenciar contextos, prestigiar sujeitos*. Curitiba: CRV, 2020.

PLETSCH, Márcia Denise. *Educação especial e inclusão escolar: políticas, práticas curriculares e processos de ensino e aprendizagem*. Poíesis Pedagógica, v.12, n.1, p. 7-26, Goiás, 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/download/31204/16802/>>. Acesso em: 04 nov. de 2022.

REDIG, A. G.; MASCARO, C. A. A. C.; DUTRA, F. B. S. *A formação continuada do professor para a inclusão e o plano educacional individualizado: uma estratégia formativa?* Revista Diálogos e Perspectivas em Educação

Especial, v.4, n. 1, p.33-44, 2017. Disponível em: <http://educinclusivapesq-uerj.pro.br/a-formacao-continuada-do-professor-para-a-inclusao-e-o-plano-educacional-individualizadouma-estrategia-formativa/>. Acesso em: 25 nov. 2022.

REDIG, A. G.; MASCARO, C. A. A. de C.; GLAT, R. *A vida pós-escola para a pessoa com deficiência intelectual: uma análise a partir de seus relatos*. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 15, n. 4, p. 1824–1835, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/ibero-americana/article/view/12558>. Acesso em: 20 nov. 2022.

SOARES, M. *Alfaetrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever*. Editora Contexto, 2021.

THIOLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.